



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Sem subvenções, finalmente

Tem um profundo significado republicano a decisão da juíza Simone Fraga, de dar um basta nas verbas de subvenções que o Governo de Sergipe repassa anualmente para os 24 deputados estaduais para que eles façam assistencialismo e proselitismo.

Um significado que, se os parlamentares tiverem senso de responsabilidade, acolherão sem pestanejar e nem recorrer para que a decisão seja anulada.

Mesmo porque, entre os papéis da Assembleia e de cada um dos deputados em particular, não está o de fazer esse tipo de ação - ainda que não lhes seja vedado o direito de atender o povo, mas para isso eles têm os canais específicos e legais do Executivo, com suas pincas de secretarias para todos os gostos e fins.

Portanto, não é justo que o Governo do Estado se deixe sangrar anualmente em quase R\$ 30 milhões para que ONGs nem sempre respeitáveis - e ainda que o fossem - sejam irrigadas pela boa vontade de parlamentares. É algo imoral, além de ilegal, que a Justiça agora aponta.

A decisão da juíza Simone Fraga coloca Sergipe em paridade com os demais 26 Estados brasileiros, onde esse tipo de caixinha e de benevolência foi suprimido. Não existe mais. Sergipe era o único a ostentar isso que pode ser classificado de anacrônico e feio. É uma decisão, portanto, pra lá de justa.

A decisão do Judiciário reflete, ainda, uma ação eficaz do Ministério Público de Sergipe, que sempre se debateu contra esse tipo de subvenção. No mês de dezembro do ano passado, este jornal fez um Caderno Especial, chamado Grandes Reportagens, no qual trazia os descaminhos das verbas de subvenções, as suas más distribuições e outras coisas mais.

Uma semana depois, o procu-

rador-geral do MP, o promotor da Justiça Orlando Rochadel concedeu entrevista ao Cinform e se comprometeu a apertar o dedo nas ações que aquela casa vinha fazendo para colocar um fim nessa farra.

“Os deputados poderiam aproveitar o momento para se reposicionar. Ajustar o foco. Ninguém há de negar a enorme importância desses cidadãos que representam ali 2,3 milhões de sergipanos”

E não é de hoje. Há mais de 11 anos que o Ministério Público tenta. Apresenta ações. Provoca decisões, mas nunca havia logrado uma que fosse favorável à sociedade, como a que saiu da lavra de Simone Fraga na semana passada.

Os deputados poderiam, a partir da queda das subvenções, aproveitar o momento para se reposicionar. Para ajustar o foco. Ninguém há de negar a enorme importância desses cidadãos que representam ali 2,3 milhões de sergipanos.

O papel deles é o de legislar, de vigiar o Executivo, de promover leis, de fiscalizar as já existentes, de atrair o povo para uma conscientização melhor do que é viver a política, essa atividade elementar - mas meio degradada.

A decisão de Simone Fraga e a voz presente, que está vindo das ruas de Sergipe e do Brasil, são aliadas deles. Se os parlamentares se somarem a tudo isso, quem ousará estar contra eles? É uma decisão que supera, em muito, esse tal de R\$ 1 milhão, que lhes é repassado todos os anos.

EDITORIAIS

OPINIÃO

Atacaju - SE, 12 a 18 de agosto de 2013. Ano XXX. Edição 1583



www.cinform.com.br

CINFORM